

O MARXISMO COMO MÉTODO E PRÁXIS: OS CONCEITOS DE ESPAÇO E TERRITÓRIO ENQUANTO TOTALIDADE EM MOVIMENTO

Rodrigo Simão Camacho

Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil

E-mail: rodrigocamacho@ufgd.edu.br

Resumo

O presente texto tem o objetivo de estabelecer uma discussão teórica acerca dos elementos centrais que caracterizam o materialismo histórico e dialético enquanto método/práxis e, a partir dele, construir uma reflexão acerca dos conceitos de espaço e território. Partindo dos pressupostos teórico-metodológicos do marxismo, o espaço geográfico é uma totalidade material/imaterial dinâmica e contraditória produzida historicamente na relação entre sociedade e natureza, mediada pelas relações sociais de trabalho. Esse método é revolucionário porque permite entender a realidade como uma totalidade cujo movimento de construção/desconstrução/recriação é constante, e o processo de produção/reprodução socioespacial se faz historicamente pelas classes que compõem a sociedade capitalista vigente. Portanto, na perspectiva da Geografia constituída sob os pressupostos marxistas, é função da ciência geográfica interpretar a produção do espaço e a apropriação da natureza no interior do modo de produção capitalista, considerando suas desigualdades, contradições, conflitos e luta de classes inerentes à essência de sua lógica de reprodução.

Palavras-chave: Totalidade; Marxismo; Espaço; Método.

MARXISM AS A METHOD AND PRAXIS: THE CONCEPTS OF SPACE AND TERRITORY WHILE TOTALITY IN MOVEMENT

Abstract

This text aims to establish a theoretical discussion about the central elements that characterize historical and dialectical materialism as a method and praxis, based on it, to build a reflection on the concept of space and territory. Starting from the theoretical-methodological assumptions of Marxism, the geographic space is a dynamic and contradictory material/immaterial totality historically produced in the relationship between society and nature, mediated by the social relations of work. This method is revolutionary because it allows us to understand reality as a totality whose movement of construction/deconstruction/recreation is constant, and the socio-spatial production/reproduction process is historically carried out by the classes that make up the current capitalist society. Therefore, from the perspective of Geography constituted under Marxist assumptions, it is the function of geographic science to interpret the production of space and the appropriation of nature within the capitalist mode of production, considering its inequalities, contradictions, conflicts and class struggle inherent to the essence of its reproduction logic.

Key words: Totality; Marxism; Space; Method.

EL MARXISMO COMO MÉTODO Y PRAXIS: LOS CONCEPTOS DE ESPACIO Y TERRITORIO MIENTRAS TOTALIDAD EN MOVIMIENTO

Resumen

Este texto pretende establecer una discusión teórica acerca de los elementos centrales que caracterizan al materialismo histórico y dialéctico como método y praxis, a partir de ello, construir una reflexión sobre el concepto de espacio y territorio. Partiendo de los presupuestos teórico-

metodológicos del marxismo, el espacio geográfico es una totalidad material/inmaterial dinámica y contradictoria producida históricamente en la relación entre sociedad y naturaleza, mediada por las relaciones sociales de trabajo. Este método es revolucionario porque permite entender la realidad como una totalidad cuyo movimiento de construcción/deconstrucción/recreación es constante, y el proceso de producción/reproducción socioespacial es realizado históricamente por las clases que conforman la sociedad capitalista actual. Por tanto, desde la perspectiva de la Geografía constituida bajo los presupuestos marxistas, es función de la ciencia geográfica interpretar la producción del espacio y la apropiación de la naturaleza dentro del modo de producción capitalista, considerando sus desigualdades, contradicciones, conflictos y lucha de clases inherentes a esencia de su lógica de reproducción.

Palabras-clave: Totalidad; Marxismo; Espacio; Método.

Introdução

O presente texto tem o objetivo de estabelecer uma discussão teórica acerca dos elementos centrais que caracterizam o materialismo histórico e dialético enquanto método e, a partir dele, construir uma reflexão acerca dos conceitos de espaço e território. Partindo dos pressupostos teórico-metodológicos do marxismo, o espaço geográfico é uma totalidade dinâmica e contraditória produzida historicamente na relação entre sociedade e natureza, mediada pelas relações de trabalho. É o movimento contínuo de historicização/humanização/socialização da natureza que produz/reproduz o espaço.

O método que permite essa compreensão é o materialismo histórico e dialético. Esse método é revolucionário porque permite entender a realidade como uma totalidade cujo movimento de construção/desconstrução/recriação é constante, e cujo processo de produção/reprodução socioespacial e territorial se faz historicamente pelas classes que compõem a sociedade através das relações de trabalho entre sociedade e natureza (CAMACHO, 2008, 2014).

Esse paradigma científico, também denominado de *Filosofia da Práxis* por Antonio Gramsci (1999), entende a necessidade e a possibilidade de superação do modelo socioeconômico vigente por meio da participação ativa (práxis) dos sujeitos oprimidos/explorados/subalternizados que compõem a sociedade. Outrossim, concebe o ser humano como ser concreto que transforma a natureza com a partir das relações de trabalho e modifica a realidade mediante opções/ações políticas. Portanto, a necessidade da superação com o modelo vigente irrompe devido à coisificação/alienação/exploração/subalternização do ser humano decorrente do modo de produção capitalista e de sua sociedade estratificada.

A metodologia desse texto baseia-se na reflexão teórica acerca de dois temas centrais. O primeiro consiste nas reflexões acerca do método materialismo histórico e

dialético; o segundo contempla os conceitos de espaço e território. A discussão de ambos temas teve como base as considerações de Karl Marx, Friedrich Engels e autores das ciências sociais que seguem o paradigma marxista – com ênfase na literatura produzida pelos pesquisadores da ciência geográfica.

O Materialismo Histórico e Dialético enquanto Método de Análise e Transformação da Realidade por meio da Práxis

O processo de construção do conhecimento científico envolve diferentes interpretações da realidade que formam conceitos, teorias, categorias, paradigmas, métodos, ideologias, enfim, elementos que compõem a formação do pensamento científico. Essas diferentes leituras da realidade disputam a hegemonia do processo de avanço do conhecimento científico (FERNANDES, 2020; CAMACHO, 2014).

Na Geografia, o tema do método foi tratado por Milton Santos que afirmava que o método diz respeito à “[...] um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, *a partir de um ponto de vista*. Este não é um dado em si, um dado *a priori*, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída [...]. (1996, p. 62, grifo nosso). A partir do método o pensador tem a possibilidade de elaborar um sistema de conceitos que consiga abarcar o todo e as partes da realidade em interação (SANTOS, 1996).

Para compreendermos a diversidade de métodos é necessário entendermos que as bases teóricas responsáveis pela organização do pensamento científico e filosófico até hoje foram: o empirismo inglês, o idealismo alemão, a dialética hegeliana, o positivismo comtiano e o materialismo histórico marxista. Estas teorias deram origem a métodos distintos que, por sua vez, serviram de base para interpretações também distintas acerca da realidade (SPOSITO, 2004).

A utilização dos métodos supracitados depende da intencionalidade e da postura política assumida pelo intelectual. Foi com Karl Marx e Friedrich Engels que a dialética adquire um *status* filosófico (o materialismo dialético) e científico (o materialismo histórico). Eles substituem o idealismo pelo materialismo e a dialética materialista passa a ser considerada como ciência das leis gerais do *movimento* (GADOTTI, 2000; CAMACHO, 2014).

A dialética é o método capaz de compreender o *movimento na história* a partir da confrontação da *tese-antítese-síntese*. A partir do entendimento do movimento da história, podemos compreender a *totalidade* das relações sociais rompendo com a visão fragmentária do positivismo (SPOSITO, 2004).

Friedrich Hegel, criador da dialética contemporânea, concebe o pensamento como uma dinâmica que se realiza por meio de superações movidas pela contradição.

Hegel concebe o processo racional como um *processo dialético* no qual a *contradição* não é considerada como “ilógica”, paradoxal, mas como o verdadeiro motor do pensamento, ao mesmo tempo que é o motor da história, já que a história não é senão o pensamento que se realiza. O pensamento não é mais estático, mas procede por *contradições superadas*, da tese (afirmação) à antítese (negação) e daí à síntese (conciliação). Uma proposição (tese) não existe sem oposição a outra proposição (antítese). A primeira proposição será modificada nesse processo de oposição e surgirá uma nova. A antítese está contida na própria tese que é, por isso, contraditória. A conciliação existente na síntese é provisória na medida em que ela própria se transforma numa nova tese. (GADOTTI, 2000, p.18, grifos do autor).

Contudo, para o materialismo dialético, a ideia é a tradução do real na mente humana, já para Hegel o pensamento é autônomo, ou seja, não depende do real para se constituir. Tem como característica central o movimento e a contradição interpretados pela perspectiva do idealismo. Em suas palavras: “[...] movimento através da independência da consciência [...] da luta de libertação absoluta da consciência cindida em si mesma; movimento em que o ser-Outro desvanece para a consciência enquanto é somente para ela (HEGEL, 2013, p.172).

Dessa forma, a realidade de Hegel é uma ficção, mera representação do real. Na contramão, Marx e Engels, ao aprofundar o método dialético, estabelecem como ponto de partida a história da materialidade dos processos sociais. Por conseguinte, “totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu a terra, aqui se ascende da terra ao céu. [...]”. (MARX; ENGELS, 1984, p.36-37).

Em sua principal obra, “*O Capital*”, Marx explicita as diferenças da sua dialética em relação à de Hegel:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. [...]. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem [...]. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de

modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. (MARX, 2013, p. 83).

É a vida material/social que produz a consciência e não o contrário, como pensava Hegel e os teóricos idealistas. A essência da consciência está nas relações sociais/materiais que envolvem os conflitos e contradições provocados pelo modo de produção vigente. Assim...

A produção de ideias, de representações, da consciência, está de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. [...]. (MARX; ENGELS, 1984, p.36-37).

Por isso, a dialética materialista parte da realidade para construir as reflexões teóricas, ou seja, parte da vida real do ser humano em seu processo de reprodução. Concebendo, assim, o ser humano como sujeito ativo no processo de sua existência. Ser humano esse feito de carne e osso, que se alimenta e se protege do frio e, por isso, trabalha para transformar a natureza a partir de suas necessidades. Não obstante, nesse processo, produzem a cultura, a arte, a ciência etc. Portanto, “[...] a consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...]”. (MARX; ENGELS, 1984, p.36-37).

Para Marx e Engels, a produção de nossas ideias/representações/consciência é a consequência das relações que o ser humano tem durante sua vida real, enquanto reproduz sua existência. As ideias representam a maneira com que o ser humano vive o seu tempo-espaço, ou seja, a forma como se relaciona em sociedade e o que ele faz em geral. A consciência humana não existe descolada da vida material, isto é, o que pensamos/sentimos é representação/reflexo do que vivemos materialmente. Por conseguinte, “[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real [...]”. (MARX; ENGELS, 1984, p.36-37).

Ao contrário do que os idealistas pensavam: “[...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. [...]”. (MARX; ENGELS,

1984, p.37). Pensamos aquilo que vivemos em nossas relações concretas durante a nossa existência histórica. Portanto, “[...] são as condições históricas que determinam as ideias, e não o seu contrário [...]”. (ALMEIDA, 2006, p. 58-59).

É na prática que o ser humano cria a condição material para a reprodução de sua existência. É através de nossas ações, agindo sobre o meio, que estabelecemos uma relação concreta com o mundo exterior. Dessa relação concreta resultam as nossas sensações, percepções e representações. Estas, por sua vez, fazem a conexão entre os conhecimentos sensorial e conceitual. Logo, é tão somente pela prática, no exercício da ação, da experimentação, etc., que testamos a essência do nosso saber (GOMES, 1991; CAMACHO; ALMEIDA, 2008).

Em síntese, podemos considerar que a construção da consciência é o processo de “imaterialização” da realidade, ou seja, “[...] a consciência é a natureza imaterial, traduzida em imagens abstratas configuradas em pensamentos, sentimentos, emoções... etc.”. (GOMES, 1991, p.32).

O materialismo dialético contesta as interpretações que atribuem a construção da realidade à consciência e, assim, não consideram a consciência como uma construção determinada/refletida pela realidade. Esses teóricos constroem essa concepção tendo como base o fato do ser humano transformar o mundo através de sua opção prática sobre ele, bem como por sua ação interpretativa e explicativa da realidade. Sendo assim, a interpretação da realidade acarretaria, automaticamente, em transformação social. Trata-se de uma interpretação errônea, visto que a tomada de posição requer, primeiramente, a produção da consciência que é, por sua vez, construída na reflexão a partir da realidade objetiva (GOMES, 1991; CAMACHO; ALMEIDA, 2008).

Isto posto, convém esclarecer algumas especificidades contidas em tais afirmações. É o ser humano que, ativamente, interage com o seu meio transformando as informações da realidade em conhecimento. Não é um simples processo mecânico de funcionamento fisiológico cerebral, mas de uma relação cognitiva entre o ser humano e o seu meio material. Para que esse processo seja possível, o ser humano possui a estrutura cerebral que lhe permite fazer a transformação da realidade objetiva em representação subjetiva (CAMACHO; ALMEIDA, 2008). Corroborando com essa discussão:

A dialética materialista não reduz o mundo da consciência a produto, isto é, a resultado da matéria, como fazem os “materialistas

vulgares”. Estes reduzem mecanicamente a elaboração da consciência ao simples funcionamento fisiológico do cérebro, quando, na realidade, o conteúdo da consciência como base espiritual do ser humano é formado, como já mencionado, pela relação cognitiva do homem com o seu mundo objetivo e tendo na estrutura cerebral o seu *substratum* especializado capaz de refletir (imagem subjetiva) o mundo exterior (realidade objetiva). (GOMES, 1991, p.32).

Concebemos que a subjetividade só existe integrada à materialidade, ou seja, a materialidade do mundo é uma condição essencial para a existência dos valores simbólicos. Sem materialidade não existe subjetividade. É preciso recuperar a dimensão material da realidade, visto que esta dimensão está sendo substituída de forma dual e unilateral pela subjetividade. Não existe na realidade a oposição cartesiana e positivista: material *versus* simbólico, e sim uma inter-relação formando uma totalidade, visto que a apropriação humana da materialidade do mundo tem sempre uma significação/subjetividade e, portanto, tais relações se encontram interligadas (CAMACHO; ALMEIDA, 2008). Em outras palavras:

É preciso recuperar essa dimensão material, sobretudo nesse momento como o que vivemos em que se dá cada vez mais importância à dimensão simbólica, quase sempre de modo unilateral, como se o simbólico se opusesse ao material. É preciso considerar aqui que a geograficidade vai além das condições naturais, como é aceito nas ciências sociais. Com certeza, a natureza faz parte da materialidade que constitui o espaço geográfico. E aqui não se admite uma distinção, tão cara ao pensamento dualista dicotomizante, entre o material e o simbólico. Consideramos, ao contrário, que os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica. (PORTO-GONÇALVES, 2002, não paginado).

A subjetividade humana é construída na relação com a realidade material da natureza. Todavia, não se trata de uma relação automática, mas antes de um processo de construção cognoscível. Em absoluto, não diz respeito a um processo passivo de transformação da materialidade em consciência, tal como defendem os materialistas vulgares. Ou seja,

A dialética materialista não reduz os processos espirituais existentes na consciência do ser humano (pensamentos, sentimentos, aspirações, estados de ânimo, emoções etc.) à condição de substância, como querem fazer crer os “idealistas”, notadamente os

compromissados ideologicamente com o sistema de dominação reinante. Querem fazer crer perante a sociedade que os materialistas dialéticos são desprovidos de sentimentos, emoções, enfim dos valores espirituais que os seres humanos possuem. Muito pelo contrário, os aspectos subjetivos do homem são, em ordem crescente, no dia a dia, valorizados pelos povos que imprimiram uma nova construção da sociedade humana, regida pelas leis objetivas do desenvolvimento dialético e histórico da humanidade. (GOMES, 1991, p.31).

Na *filosofia da práxis*, as relações sociais são construídas historicamente através de uma dinâmica permeada por contradições e, por sua vez, pela superação dessas contradições.

Existe, porém, uma diferença fundamental entre a *filosofia da práxis* e as outras filosofias: as outras ideologias são criações inorgânicas porque contraditórias, porque voltadas para a conciliação de interesses opostos e contraditórios; a sua “historicidade” será breve, já que a contradição aflora após cada evento do qual foram instrumento. A *filosofia da práxis*, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas. (GRAMSCI, 1999, p. 388, grifo nosso).

Por meio de várias influências difusas nas áreas da filosofia, economia e política, Marx desenvolveu um método que incorpora de maneira indissociável a teoria e a prática (práxis), o concreto (material) e o abstrato (imaterial/espiritual). A sua grande contribuição reside no fato de demonstrar que o ser humano tem a capacidade de mudar a história ao invés de apenas se adaptar a ela.

[...] Marx reuniu todos esses elementos difusos (e mais) constituiu um método que, pela *fusão da teoria abstrata e da prática concreta, permitiu a criação de uma prática teórica através da qual o homem podia antes moldar a história do que ser moldado por ela. Marx viu o que ninguém antes tinha visto: que os inumeráveis dualismos que cercam o pensamento ocidental (entre o homem e a natureza, entre fato e valor, entre sujeito e objeto, entre liberdade e necessidade, entre a mente e o corpo e entre o pensamento e a ação) podiam ser resolvidos somente através do estudo da prática humana; e, quando necessário, através de sua criação. [...]. (HARVEY, 1980, p.247-248, grifo nosso).*

A partir do método dialético, Marx pôde elaborar conceitos, desenvolver teorias e interpretar as determinações do modo de produção capitalista. Dessa forma, a concepção de movimento da história possibilitou a Marx, “[...] a elaboração de conceitos (renda absoluta, mercadoria) e de teorias (mais-valia, por exemplo), permitiu a mais elaborada leitura do capitalismo como modo de produção historicamente produzido com todas as suas determinações”. (SPOSITO, 2004, p. 44).

O significado de concreto no Marxismo é entendido como “unidade da diversidade”. O concreto não é somente ponto de partida da análise, mas é, também, a síntese de múltiplas determinações. Nas palavras de Marx: “o concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo”. (*apud* PAULO NETTO, 2011, p. 43).

O materialismo histórico e dialético rompe com a concepção da produção histórica linear/mecânica, construída por um pensamento autônomo independente da práxis dos sujeitos. Passa-se a conceber, a partir do marxismo, que são as relações sociais concretas as responsáveis por condicionar a produção da razão. São os sujeitos constituídos em sociedade, por um antagonismo de classes, que comandam o processo histórico. O motor da história é a luta de classes, por isso nossa vida é parte intrínseca da história. Portanto, podemos dizer que é a luta de classes quem, historicamente, produz a consciência (CAMACHO; ALMEIDA, 2008). Desse modo,

O Marxismo histórico dialético introduz a concepção do desenvolvimento histórico como processo que revoluciona a vida, rompendo, desse modo, com a história vista como processo linear, etapista, comandada por uma razão/pensamento autônomo, independentemente das ações do homem. [...]. (ALMEIDA, 2006, p.59).

Na relação da teoria com o *método dialético*, pode-se afirmar que, a partir de Marx e Engels, a teoria adquire um significado novo, orientado a atender os interesses das classes subalternas (classe trabalhadora). Portanto, assume um sentido revolucionário, ou seja, aquele de revelar a essência da dominação e da exploração de alguns sobre os demais, bem como o de apontar caminhos para a libertação dessa dominação. Inicia-se, assim, a concepção da produção do conhecimento inerente à luta de classes. A interpretação do mundo passa a ser disputada pelas classes que o compõem (CHAUÍ, 1980; CAMACHO, 2014).

Para o marxismo, muito embora os seres humanos produzam a história, eles exercem uma prática social condicionada pelas estruturas dominantes devido à alienação e à coisificação oriundas da subordinação das relações de trabalho ao domínio do capital, bem como à legitimação dessas relações pelo poder ideológico, situação que faz com que a aparência da realidade seja diferente de sua essência. Dessa forma, é somente através da consciência construída a partir da práxis dos sujeitos que o ser humano poderá se libertar. É por meio da ação histórica que os indivíduos produzem/reproduzem as relações sociais, podendo, nesse movimento, construir outra realidade (CAMACHO, 2008, 2014).

Portanto, para o marxismo, a transformação histórica não se faz pelo pensamento, mas pela *práxis*. Outrossim, não são os intelectuais que produzem sozinhos a história, e sim os oprimidos numa estrutura coletiva. O potencial concreto para a revolução encontra-se no paradoxo da realidade, sendo que esta realidade é constituída pelo capital, de um lado, e pelos trabalhadores, do outro. Formam, assim, uma massa revolucionária. É nesse contexto que Marx convida a todos os explorados do capitalismo a lutarem coletivamente pela libertação do capital (CAMACHO, 2008, 2014). Em outras palavras: “a libertação é um ato histórico e não um ato de pensamento”. [...] daí sua assertiva: “Proletários de todos os países, uni-vos!”. (ALMEIDA, 2006, p.59).

O Espaço como Totalidade: Condição/Produto das Relações Sociedade/Natureza Mediadas pelo Trabalho

“Impõe-se, na análise, apreender objetos e relações como um todo, e só assim estaremos perto de ser holistas, isto é, gente preocupada com a totalidade”. (SANTOS, 1988, p. 21).

Uma das grandes contribuições do método em Marx é a busca de compreensão da realidade concreta em sua totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história, como foi erroneamente interpretado (PAULO NETTO, 2011). De acordo com Engels *apud* Paulo Netto (2011, p. 14): “Nem Marx nem eu, jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o *único* determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda”.

Na interpretação marxista, a sociedade capitalista, objeto de sua análise principal, é uma totalidade concreta. Desse modo, “não é um ‘todo’ constituído por ‘parte’

funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade”. (PAULO NETTO, 2011, p. 56).

O materialismo dialético aporta uma grande contribuição para a ciência, em especial à geografia, no que diz respeito à concepção da relação totalidade tempo-espaço. Para o marxismo, espaço-tempo formam uma totalidade inseparável, constituindo-se nas duas dimensões ontológicas que conformam a realidade. Rompe, dessa maneira, com a afirmação de Kant de que a história é a ciência do tempo e a geografia é a ciência do espaço, afirmação que dicotomizava a relação tempo-espaço. Assim...

Na concepção filosófica do materialismo dialético, espaço e tempo são duas dimensões de uma mesma realidade: a materialidade do mundo. Não há matéria fora do espaço e do tempo, como também não há espaço e tempo fora da matéria. Eles são inseparáveis e, pelo fato de não existir matéria sem movimento, fazem parte da dinâmica da matéria. O espaço se reproduz indefinidamente como novo espaço e o tempo como novo tempo. (GOMES, 1991, p. 52).

A Geografia é uma ciência que, tal como as outras ciências sociais, tem por objeto de estudo a sociedade. Contudo, a Geografia a estuda a partir de seus conceitos de análise, entre elas, o *espaço*.

O conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço. A fenomenologia do espírito de Hegel seria a transformação da sociedade total em espaço total. A sociedade seria o ser, e o espaço seria a existência. O ser é metamorfoseado em existência por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações, as quais fazem aparecer cada forma como uma *forma-conteúdo*. [...] um movimento permanente, e por esse processo infinito a sociedade e o espaço evoluem contraditoriamente. (SANTOS, 1988, p. 10).

A concepção do espaço como *totalidade em movimento* está presente no pensamento de Milton Santos. Para o autor, o espaço deve ser pensado como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de *sistemas de objetos e sistemas de ações*, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. [...]”. (1999, p. 51, grifo nosso).

Assim, “O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da *condição do social e do físico*, um misto, um *híbrido*”. (SANTOS, 1999, p. 71, grifo

nosso). Esse conjunto híbrido de objetos naturais e objetos sociais estão em relação dinâmica com a sociedade. O espaço, no seu conjunto de formas e funções, objetos e ações, é uma totalidade, assim como a própria sociedade da qual ele é condição/produto/produtor.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122, grifo nosso).

Para Milton Santos (2006) devemos sempre buscar apreender a totalidade das relações sociais, ou seja, “a realidade do todo”. Todavia, nos adverte que só é possível se alcançar esse objetivo se compreendermos o movimento da realidade, em sua dinâmica, pois “[...] a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para se tornar, de novo, outro todo” (p. 75).

A realidade como totalidade é contraditória produzida historicamente e territorialmente num permanente processo de construção/desconstrução/recriação. Por isso, por meio do método dialético, devemos distinguir a realidade produzida daquela que está ainda em movimento de produção, fazendo-se, mesmo que ambas não sejam estanques e separadas, mas, dialeticamente, estejam convivendo e convergindo-se em um determinado tempo-espaço. Em suas palavras:

[...] devemos distinguir a totalidade produzida e a totalidade em produção, mas as duas convivem, no mesmo momento e nos mesmos lugares. Para a análise geográfica, essa convergência e essa distinção são fundamentais ao encontro de um método. (SANTOS, 2006, p. 76).

O movimento contínuo de historicização da natureza se produz através das relações de *trabalho*, ou seja, a “organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo” (CORRÊA, 1986, p. 61). É por meio do trabalho que o ser humano transforma a natureza em objetos que satisfaçam suas necessidades e assegurem a sua reprodução. A natureza fornece o material, ao passo que o trabalho do ser humano transformará os objetos com os quais satisfará suas mais variadas necessidades. Segundo Moreira (1985, p.68), a “[...] ‘relação do homem-meio’ é uma relação de trabalho. Logo,

o que se tem na forma da organização espacial é a própria sociedade” (MOREIRA, 1985, p. 68). Tendo em vista que...

A sociedade concreta cria seu espaço geográfico para nele se realizar e reproduzir, para ela própria se repetir. Para isto, cria formas duradouras que se cristalizam sobre a superfície da Terra. Caso contrário, insistimos, a sociedade se extingiria. (CORRÊA, 1986, p. 57, grifo nosso).

Numa paráfrase simplificada, poder-se-ia dizer que, primordialmente, essa relação implica uma “[...] natureza primitiva transformada em segunda natureza, para empregar uma expressão de Marx [...] a organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social” (CORRÊA, 1986, p. 54).

Podemos considerá-la, não obstante, como a realização do movimento de fusão dialética entre história natural e história social, ou seja, de “historicização da natureza e naturalização da história [...]”. (MOREIRA, 1985, p. 74). Corroborando assim a afirmação de “Marx que, desde o aparecimento do homem na face da Terra a história dos homens e a história da natureza confundem-se e se fundem em um só e mesmo plano” (MOREIRA, 1985, p. 74).

A segunda natureza são todas as formas espaciais. São os fixos e fluxos, de que nos fala Milton Santos (1988, 1999), distribuídos sobre a superfície da terra. Todas as produções sociais. Todas as construções humanas. Nas cidades, podemos elencar as moradias, as pontes, as estradas, etc. No campo, tudo o que diz respeito à produção da agricultura. Tudo isso é a segunda natureza: produto/condição da organização espacial da própria sociedade. Em outras palavras:

[...] Estes objetos fixos ou formas dispostas espacialmente (formas espaciais) estão distribuídos e/ou organizados sobre a superfície da Terra de acordo com alguma lógica. O conjunto de todas essas formas configura a organização espacial da sociedade. (CORRÊA, 1986, p. 54, grifo nosso).

A importância do trabalho é de tal magnitude a ponto de podermos afirmar que “o trabalho criou o próprio ser humano”, ele é a condição/produto de existência da vida humana, bem como é responsável por atribuir valor as coisas. Com ele, mercadorias são criadas mediante transformação da natureza, produzindo toda a riqueza existente. Nas palavras de Friedrich Engels: “[...] é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. (1977, p.63).

As relações de trabalho se originam das próprias necessidades materiais humanas de sobrevivência. Surgiu para atender as necessidades mais básicas do ser humano, sobretudo a de alimentação, por meio, primordialmente, da caça e da pesca e, mais tarde, a de agricultura e pecuária. O ser humano, ao sentir fome, sede e frio, passa a intervir na natureza a fim de suprir suas necessidades. Portanto, é por meio do trabalho que os seres humanos vão estabelecendo relações entre si e com a natureza. Assim, o “[...] trabalho organizado coletivamente, implica uma certa divisão do trabalho e a definição do quê, quanto e como será a produção. E ainda de que jeito reparti-la. Surgem então relações sociais que têm sua essência na produção” (CORRÊA, 1986, p. 54).

Ao longo do tempo, e com o desenvolvimento das potencialidades corporais dos seres humanos, fomos aprendendo operações mais complexas, visando atingir, cada vez mais, objetivos mais difíceis. Cria-se então o comércio, a navegação, a ciência e a arte. As tribos se transformam em nações e com elas surgem o Estado, o direito e a política. Até chegar ao ápice da criação humana, a religião.

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. [...]. (ENGELS, 1977, p.69).

Para Marx, o sentido do processo de humanização ocorre na relação ser humano e natureza mediada pelo trabalho: “[...] o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. [...]. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. [...]”. (MARX, 1980, p. 202).

Na perspectiva marxista, na totalidade das relações sociais, o que une, primordialmente, os homens e as mulheres em sociedade, é a busca dos meios próprios para garantir a sua existência. A maneira pela qual nos relacionamos, entre si e com a natureza, é por intermédio do trabalho. É pelo trabalho que o ser humano se descobre como ser da *práxis*, individual e coletiva, desenvolvendo-se de maneira *omnilateral* (GADOTTI, 2000). O

espaço é resultado dessa práxis coletiva, produto dessa totalidade social com seus conflitos e contradições.

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, *é o resultado de uma práxis coletiva* que reproduz as relações sociais [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171, grifo nosso).

No entanto, com a advento do modo de produção capitalista, o trabalho sofre mutações. Tornou-se, primordialmente, produtor de mercadorias e mais-valia gerando a alienação/coisificação/desumanização. O trabalho e o produto do trabalho não pertencem mais ao trabalhador, pertencem agora ao capitalista, que vive da exploração do trabalho alheio e tem como renda o capital. A produção no capitalismo não é apropriada pela classe que a produziu, logo, contraditoriamente, quanto mais se produz, mais aumentam as disparidades sociais. Intensifica-se a acumulação de poucos e a exclusão de muitos (CAMACHO, 2010). Por essa razão, o espaço refletirá a natureza desigual e classista da sociedade que o produziu, bem como sua forma de produção e de consumo dos bens materiais.

[...] Em uma sociedade de classes, a organização espacial refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção. (CORRÊA, 1986, p. 56).

Com a coisificação das relações socioespaciais, aumenta-se a valorização das mercadorias e diminui-se, proporcionalmente, a valorização do ser humano. Esse processo é a inversão da valorização do “mundo dos homens”, pelo “mundo das coisas”. Se as relações de trabalho no capitalismo são motivadas pelo lucro, então a natureza se transforma em mercadoria e, logo, a destruição da natureza é parte integrante desse processo de expansão territorial do capital (CAMACHO, 2010). Assim, a “[...] reprodução ampliada do espaço é uma expressão espacializada do processo da reprodução ampliada do capital” (CORRÊA, 1986, p. 61).

Os territórios, enquanto frações de espaços apropriados pelas classes sociais, [...] são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 16). É uma totalidade

dinâmica/contraditória produzida no processo material de produção/reprodução das classes sociais no capitalismo e mediada pela superestrutura, ou seja, os poderes políticos, ideológicos, jurídicos e, sobretudo, pelo Estado. Assim, a sociedade classista, ao reproduzir-se, reproduz também o seu território.

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travadas pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. (OLIVEIRA, 2004, p. 40, grifo nosso).

São características inerentes ao território os processos dinâmicos/dialéticos simultâneos de “construção/destruição/manutenção/transformação” (OLIVEIRA, 2004, p. 40). Logo, “o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da socialização contínua da natureza”. (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Corroborando essa formulação, para Bernardo Mançano Fernandes, embora o espaço anteceda o território, *espaço e território se relacionam de maneira dialética*. O espaço nunca é destruído, ao contrário do território, que é construído e destruído pela sociedade e suas disputas. Estes são, concomitantemente, produtos das relações sociais, bem como condição para a realização dessas relações sociais. Nesse sentido, a produção de espaços e de territórios se dá de maneira histórica e dialética, ou seja, por meio *do conflito, da contradição e da solidariedade*. Em suas palavras:

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o *espaço um a priori e o território um a posteriori*. O *espaço é perene e o território é intermitente*. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas *contraditórias, solidárias e conflitivas*. Esses vínculos são indissociáveis. (FERNANDES, 2005, p. 16, grifo nosso).

Em síntese, o território é “a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve” (OLIVEIRA, 2004, p. 40). Podemos dizer, ainda, que o território configura-se como produto e condição da reprodução da sociedade que, sob o modo de produção capitalista, pode significar não somente a reprodução ampliada do capital e da força de trabalho, mas também a reprodução material e simbólica de classes

socioterritoriais subalternas no campo e na cidade. Visto que não existe subjetividade separada da materialidade, o território é, pois, formado por essa totalidade de relações sociais-econômicas-políticas-culturais-ambientais sob o modo de produção capitalista (CAMACHO, 2008, 2010).

Considerações Finais

Na perspectiva marxista, é necessário produzir ciência para a transformação e justiça social, a fim de questionar a desigualdade, a opressão e a exploração vigentes na essência do modo de produção capitalista e, simultaneamente, estabelecer uma contrapartida ao discurso ideológico liberal que naturaliza as mazelas produzidas por esse sistema socioeconômico hegemônico.

A alienação, a coisificação, a desumanização, a desigualdade social, a violência e a depreciação ambiental geradas por efeito direto ou indireto do processo de acumulação/concentração do capital, demonstram a necessidade de construção de uma outra realidade socioespacial em que a relação sociedade-natureza não esteja mais subordinada ao capital.

Dessa forma, a intencionalidade do intelectual marxista, seja ele professor e/ou pesquisador, é de colaborar, por meio de sua *práxis*, para a construção de outro projeto civilizatório que permita a produção de um território emancipado do capital.

Por isso, que somente o materialismo histórico e dialético, como paradigma teórico-metodológico, é capaz de entender a realidade como uma totalidade contraditória produzida historicamente e territorialmente num permanente/constante processo de construção/desconstrução/recriação.

É o materialismo histórico e dialético, também, que entende a possibilidade e a necessidade de mutação social devido à exploração/alienação/coisificação humana causada pelo modo de produção capitalista. Concebe o ser humano como ser concreto, inserido na sociedade de classes, que transforma a natureza com suas relações de trabalho e modifica a realidade com suas ações sócio-políticas-espaciais.

Referências

ALMEIDA, R. A. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção:** a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: UNESP, 2006.

CAMACHO, R. S. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental.** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana-MS, 2008.

_____. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **Revista Entre-Lugar** (UFGD), v.1, p.73 - 98, 2010.

_____. **Paradigmas em disputa na educação do campo.** 2014. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/14/dr/rodrigo_camacho.pdf.

_____. Educação do Campo e territórios/territorialidades camponeses: terra, família e trabalho In: MOLINA, Monica C. et al. (Org.). **Formação de Formadores:** reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2019, v.9, p. 169-188.

_____; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Os parâmetros curriculares nacionais (PCNs) do ensino fundamental em debate. **Revista Formação**, n. 15, v. 1, p.36 60, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/734>.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1986. (Princípios, 53).

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

_____. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação:** um estudo introdutório.11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES, H. **Reflexões sobre teoria e crítica em geografia.** Goiânia: CEGRAF; UFG, 1991.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1. 1999.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: HUCITEC, 1980.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito.** Trad. Paulo Meneses. 8 ed. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2013.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajatórias e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, K. Prefácio. In: _____. **Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política.** Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000084.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 13. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feurbach). 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____; _____. **Textos.** São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

MOREIRA, R. **O que é geografia.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos, 48).

OLIVEIRA, A. U. de. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Para onde vai o ensino da geografia?** 4. ed. São Paulo: Pinski, 1994. p. 135-144.

_____. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Da geografia às geo-grafias:** um mundo em busca de novas territorialidades. Buenos Aires: Clacso, 2002.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Metamorfozes do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção - 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo

Submetido em: agosto de 2022.

Aceito em: julho de 2023.